

A relevância da interpretação para a experiência turística em áreas protegidas: proposta de valorização para a Serra da Lousã

The relevance of interpretation to the tourist experience in protected areas: valorization proposal for Serra da Lousã

Paulo Carvalho

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)
Departamento de Geografia e Turismo
Universidade de Coimbra
paulo.carvalho@fl.uc.pt
<https://orcid.org/0000-0002-6920-869X>

Luiz Alves

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)
Universidade de Coimbra
luiz.alves@uc.pt
<https://orcid.org/0000-0002-0227-3497>

Artigo recebido a 10 de setembro de 2020 e aprovado a 2 de abril de 2021

Resumo

A interpretação ocupa um lugar cada vez mais importante no processo de mediação entre o património e a sociedade tendo em vista a partilha de informação relevante sobre o contexto geográfico, o desenvolvimento de atitudes de apreciação face aos recursos patrimoniais e a vivência de experiências turísticas. No caso das áreas protegidas de Portugal, mais de três dezenas de estruturas gravitam em torno do conceito de centro de interpretação, com o propósito de acolher visitantes; disponibilizar informação e conhecimento sobre as características dessas áreas; proporcionar um conjunto alargado de atividades, designadamente as de educação ambiental; e constituir o ponto de partida para a descoberta e fruição do território. O presente trabalho tem como objetivo explicitar este referencial teórico e conceptual, a partir de revisão de literatura da especialidade, e apresentar o projeto “Lousã: *Feel & Live Nature Tourism in Mountain*”, elaborado pelos autores, em meados de 2019, com base em investigação de campo, analisando os argumentos que suportaram a sua idealização e perspetivando a sua relevância para a interpretação e para a experiência turística na Serra da Lousã (Rede Natura 2000).

Palavras-chave: interpretação, experiência turística, centros de interpretação, áreas protegidas, Serra da Lousã.

Abstract

Interpretation occupies an increasingly important place in the process of mediation between heritage and society with a view to sharing relevant information about the geographical context, the development of attitudes of appreciation towards heritage resources and living touristic experiences. In the case of protected areas of Portugal, more than three dozen structures gravitate around the concept of interpretation center, with the purpose of welcoming visitors; provide information and knowledge about the characteristics of these areas; provide a wide range of activities, including environmental education, and be the starting point for the discovery and enjoyment of the territory. The present paper aims to explain this theoretical and conceptual framework, from a review of the specialty literature, and to present the project “Lousã: *Feel & Live Nature Tourism in Mountain*”, elaborated by the authors, in mid-2019, based on field research, analyzing the arguments that supported its idealization and looking at its relevance to the interpretation and the tourist experience in the Serra da Lousã (Natura 2000 Network).

Keywords: interpretation, tourist experience, interpretation centres, protected áreas, Serra da Lousã.

1. Revisão de literatura

1.1. Interpretação

A literatura científica reconhece a importância da dimensão interpretativa e o modo como esta pode contribuir para a descoberta e fruição turística sustentável de territórios com recursos patrimoniais excepcionais e diferenciadores, ao mesmo tempo que enfatiza o papel dos suportes informativos físicos e/ou digitais multi-idiomas e da educação ambiental através de atividades programadas com o intuito de educar, sensibilizar e proporcionar aos visitantes novas experiências de grande valor simbólico.

A relevância da interpretação no turismo apresenta-se como um fator-chave para a diferenciação de produtos turísticos e territórios, e como uma ferramenta para oferecer mais e melhores experiências turísticas. A este respeito, Moscardo, Woods e Saltzer (2004, p. 231) preconizam que “(...) a interpretação tem como objetivo estimular o interesse, promover a aprendizagem, orientar os visitantes em comportamentos adequados ao turismo sustentável e estimular o prazer e a satisfação”. Opinião reforçada por Bramwell e Lane, os quais, para além de considerarem a interpretação como a chave para o desenvolvimento de destinos alternativos, afirmam que “(...) as instalações interpretativas e atividades conexas podem trazer benefícios económicos locais, em primeiro lugar, atraindo visitantes para um lugar que eles não teriam visitado de outra forma, e também encorajando-os a permanecer mais tempo num destino” (1993, p. 73).

Com efeito, a interpretação é “(...) um dos principais *leitmotiv* da diferenciação da experiência turística” (Costa, 2019, p. 1), quer no domínio do património natural, o qual configura as primeiras experiências, seja no contexto do património cultural.

Martín (2001), citado por Carvalho (2009, p. 82), menciona que a “(...) interpretação do património tem origem nos Estados Unidos da América nos finais do século XIX, em estreita ligação aos parques nacionais, e aparece de forma explícita em 1957 com a publicação do livro *Interpreting Our Heritage*, de Freeman Tilden”, autor que considera a interpretação como “(...) uma atividade educacional que visa revelar significados e relações através do uso de objetos originais, por experiência de contacto direto e por

meios ilustrativos, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais” (Tilden, 1977, p. 8).

Na mesma linha, a *Society for Interpreting Britain's Heritage*, citada por Moscardo (1999, p. 8), considera-a como um “(...) processo de comunicar às pessoas o significado de um lugar ou objeto para que elas possam apreciá-lo mais, compreender melhor o património e o ambiente; e desenvolver uma atitude positiva em relação à conservação”.

De acordo com a *Asociación para la Interpretación del Patrimonio*, a “(...) interpretação é um processo criativo de comunicação, entendido como a arte de conectar intelectual e emocionalmente o visitante com os valores do recurso patrimonial ou lugar visitado, para que gere seus próprios significados” (AIP, 2020), ou seja, é “(...) um instrumento de gestão que deve ser planeado, para reduzir os impactos negativos e incutir atitudes de apreciação e proteção do património”.

Para a *International Union for Conservation of Nature* (2014), a interpretação

(...) é muito mais do que informação. É uma informação que foi moldada pelo processo de seleção, pelo processo de apresentação, pelo contexto em que é enunciada, pelo discurso do qual faz parte, pelos visitantes que a vivem, pelos códigos socioculturais embutidos nas informações e assim por diante. (p. 4)

A interpretação tem estado presente, de igual modo, nas preocupações de outras organizações internacionais de referência no que concerne ao património, como, por exemplo, o ICOMOS (International Council on Monuments and Sites). Como notam Continenza, Redi e Trizio (2017, p. 41), “Para salientar a importância que o ICOMOS dá ao papel da interpretação (...)”, podem referir-se a “Carta para a Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural”, adotada na 16.^a Assembleia Geral do ICOMOS (Quebec, 04/10/2008), ou a “Declaração de Florença”, adotada na 18.^a Assembleia Geral, em novembro de 2014, por ocasião do 50.^o aniversário da “Carta de Veneza”; a primeira, reconhece (no preâmbulo) a interpretação e a apresentação como “(...) elementos essenciais dos esforços de conservação patrimonial e como ferramenta básica para a apreciação e compreensão pública dos sítios culturais patrimoniais” (https://www.icomos.org/charters/interpretation_sp.pdf); a segunda, afirma o papel do

turismo enquanto experiência imersiva que privilegia as interações culturais, a participação ativa dos visitantes, e a interpretação.

Neste sentido, enquanto resultado de uma estratégia estruturada e planeada, “(...) a interpretação atua, em primeiro lugar, como um regulador local do comportamento do visitante (...) influenciando não apenas o que as pessoas sabem e fazem no local, mas potencialmente o que os visitantes acreditam sobre a conservação em geral” (Ham & Weiler, 2002, p. 39).

Na óptica de Tugás, Tresserras e Mellin (2005, p. 15), a interpretação

(...) é um método de trabalho que facilita a apresentação e o aproveitamento social do património e serve para proporcionar uma leitura e opções para a sua utilização ativa através de diversos recursos de apresentação e animação. A interpretação é baseada em evidências culturais e/ou naturais, materiais ou imateriais, encontradas num determinado local, e procura promover essas características no seu contexto original. Para tal, pretende-se sempre a recuperação *in situ* e a maior contextualização possível dos recursos patrimoniais. (p. 15)

Em síntese, a interpretação é considerada como um conjunto amplo de ferramentas que têm como propósito informar os visitantes sobre o significado do que estão a vivenciar, através de diversas formas (físicas e/ou virtuais), destacando-se sinalética, brochuras, folhetos, exposições, exposições e visitas guiadas, entre outros (Moscardo *et al.*, 2004), podendo maximizar e melhorar a experiência de excursionistas e turistas.

1.2. Centros de interpretação e experiência turística

Como refere Marujo (2016, p. 11, cit. em Page & Connel, 2009), “A experiência turística é uma combinação complexa de objectivos, mas essencialmente de factores subjectivos que modelam os sentimentos dos turistas”, assumindo uma dimensão multidimensional. Do amplo campo de análise dedicado a este conceito, em função de diferentes abordagens ou perspetivas científicas, considera-se relevante para a presente reflexão as atividades no

lugar/destino turístico, conforme teorizado pelas autoras Cutler e Carmichael (2010), e as experiências de aprendizagem (Aho, 2001).

A interpretação na experiência turística é de tal forma relevante que a sua qualidade pode contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável e recreação, através de dois vetores fundamentais: aumentar a qualidade da experiência para os visitantes e estimular o interesse contínuo dos visitantes pela atividade (Moscardo, 2003).

Os locais de interesse ou de reconhecido valor natural, cultural ou paisagístico, como, por exemplo, áreas naturais protegidas, monumentos, conjuntos e sítios históricos classificados são considerados, de forma recorrente, referências de grande importância para o desenvolvimento de estratégias específicas para que, quem os visita, compreenda, aprecie e adote uma atitude favorável à sua conservação (Morales Miranda, 1998).

Barrocas (2015, p. 42), apoiado em Lacerda (2001), sublinha que as “(...) formas de mediação entre o património e os seus públicos, através da criação de estruturas de acolhimento e interpretação” decorrem de três tarefas fundamentais: conhecer/ investigar; proteger/conservar; valorizar/divulgar, as quais configuram os “princípios orientadores para a criação de qualquer meio interpretativo”.

Contudo, a utilização do conceito de centros de interpretação é relativamente recente. Segundo Arcila Garrido e López Sánchez (2015, p. 144), nos últimos anos é evidente o crescimento de centros de interpretação, no contexto de valorização do património, de “(...) aproveitamento de recursos naturais e culturais locais” e de apoios públicos com diversa origem, com o intuito de “(...) fomentar o conhecimento de aspectos únicos dos territórios onde estão localizados e aumentar a oferta turística como motor do desenvolvimento económico territorial”.

Deste modo, os centros interpretativos apresentam-se como o principal pilar de suporte à interpretação, enquanto abordagem integrada na gestão e valorização do património. Como indicam Tugás *et al.* (2005, p. 15), o “(...) objetivo é que o visitante explore e interaja com o património (...), [permitindo que tenha] uma melhor apreciação dos valores naturais e culturais do território, fornecendo as informações necessárias”.

Com base em definições de diversos autores, Arcila Garrido e López Sánchez (2015, p. 148) advogam que o principal objetivo “(...) desses equipamentos

é a informação e a interpretação, sendo esta última o que lhe confere singularidade”; reconhecem que “(...) são centros que promovem a participação dos utilizadores”; e apresentam, de igual modo, como função a promoção territorial.

Trata-se, portanto, de estruturas de mediação entre o património e a sociedade (Cave & Jolliffe, 2012), segundo uma perspetiva integrada de património, e alicerçada na necessidade de permanente interação com a população e os visitantes, através de soluções operativas adequadas às “(...) funções didáctica (de demonstração prática) e pedagógica geral (explicações teóricas sobre os conteúdos experienciados pelos visitantes)” (Damião, 2017, p. 37).

Como sublinham Vale, Lima, Menezes, Machado e Moreira (2017), um centro de interpretação ambiental

Permite ao visitante descobrir “in loco” as especificidades dos locais de interesse, tornando-o um espaço complementar de educação informal, ao mesmo tempo em que oferece uma vasta rede de recursos e promove um componente turístico. Tais centros estão relacionados à sustentabilidade dos locais (áreas protegidas, de interesse geológico, etc.) e estão direcionados ao desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental e de formação destinados a diferentes públicos. (p. 86)

Por outro lado, a oferta turística evoluiu no sentido de integrar atividades cada vez mais personalizadas, participadas, e difusas no território e no tempo -, ao invés de propostas superficiais, uniformes e massificadas -, como resposta ao interesse de interação com a paisagem e a sociedade, demonstrado pelos turistas da pós-modernidade. De tal forma que, na opinião de Bramwell e Lane (1993, p. 71), “(...) desde o início, os proponentes do turismo sustentável, conscientemente ou não, deram grande importância à interpretação e, gradualmente, as ligações entre o turismo sustentável e a interpretação começaram a ser desenvolvidas”.

É assim que se justifica introduzir nesta reflexão os conceitos de *creative tourism* e *slow tourism*, visto que, o primeiro, ao preconizar o uso da criatividade para desenvolver a relação entre visitantes, território e comunidade local de forma sustentável, “(...) vem acrescentar dimensões que

ainda não estavam presentes de forma marcada na experiência turística” (Almeida, 2019, p. 2), e o segundo, ao trazer “(...) a ideia de lentidão para as práticas turísticas através da apreciação da comida, cultura, património e sustentabilidade” (Noor, Nair, & Mura, 2016, p. 175), contribuiu, nos últimos anos, para valorizar a relação com o tempo, a satisfação individual e o bem-estar no turismo, ou seja, ambos suscitam uma nova forma de olhar, interpretar e interagir com os destinos turísticos, assim como alteram e/ou melhoram a qualidade da experiência *in situ*.

Richards (2018), ao sistematizar a evolução do turismo criativo, nas últimas duas décadas, em quatro fases de desenvolvimento, coloca em evidência o papel das atividades de aprendizagem, das experiências, das redes colaborativas, e do envolvimento dos visitantes, sendo que estes últimos são cada vez mais participantes, na medida do seu “(...) envolvimento ativo no processo de construção dessas experiências, nas quais assumem um papel de cocriação” (Carvalho, 2013, p. 6).

Para Valls, Mota, Vieira e Santos (2019, p. 3), o conceito de *slow tourism* “(...) propõe uma mudança radical no uso do território, no reconhecimento do património e na relação com o destino”, o que começa a ganhar visibilidade “(...) à medida que mais destinos se concentram no ambiente local e na experiência patrimonial” (Valls et al., 2019, p. 1). Essa alteração significa uma nova perspetiva para a viagem e pode contribuir para a valorização da experiência turística, porquanto a apreciação é valorizada em detrimento do consumo, ou pelas palavras de Marques (2019, p. 38), recorrendo a Dickinson et al. (2011), Oho et al. (2016), e Larsen (2017), a “(...) prática de *slow tourism* dá ao turista a possibilidade de ter uma melhor experiência turística (...)”, pois privilegia motivações como o envolvimento e a descoberta, através da dimensão sensorial.

Neste contexto, os centros de interpretação podem desempenhar um papel relevante quer na promoção turística quer nas experiências turísticas. De facto, a interpretação deve incorporar diferenças nas experiências interpretativas, fornecer conexões pessoais para os visitantes, fomentar a participação, criar um conteúdo claro e permitir públicos alternativos (Moscardo, 1999).

Esta visão é, igualmente, corroborada pela *International Union for Conservation of Nature*, destacando que “o visitante está no centro da

experiência turística e da interpretação. A interpretação deve basear-se na experiência total do visitante e na gama total de associações, conexões e percepções que as pessoas fazem com o ambiente natural” (IUCN, 2014, p. 3).

1.3. Centros de interpretação nas áreas protegidas em Portugal

No caso da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), os centros de interpretação são uma realidade em várias regiões de Portugal, incluindo diversos âmbitos e tipologias de proteção, com tutela do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) ou em resultado de compromissos assumidos por entidades locais ou regionais, através de diferentes designações, a saber:

- Centros de interpretação (Mata da Margaraça/Arganil, Paisagem Protegida da Serra do Açor; Esposende, Parque Natural do Litoral Norte; Porto de Mós, Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros; Seia¹, Parque Natural da Serra da Estrela; Vila do Bispo, Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Vinhais, Parque Natural de Montesinho - Figura 1); Arzila/Coimbra, Reserva Natural do Paul de Arzila; Brogueira/Torres Novas, Reserva Natural do Paul do Boquilobo; Costa da Caparica/Almada, Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica; Bairro/Ourém, Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios de Ourém/ Torres Novas;
- Centros interpretativos (Manteigas, Parque Natural da Serra da Estrela; São Jacinto/Aveiro, Reserva Natural das Dunas de São Jacinto; Berlenga Grande/Peniche, Reserva Natural das Berlengas; Setúbal, Reserva Natural do Estuário do Sado; Afurada/Vila Nova de Gaia, Reserva

Natural Local do Estuário do Douro; Foz Tua/ Carrazeda de Ansiães, Parque Natural Regional do Vale do Tua; Turcifal/Torres Vedras, Paisagem Protegida Local das Serras do Socorro e Archeira);

- Centros de interpretação ambiental (Cadaval, Paisagem Protegida da Serra de Montejunto - Figura 2; Castelo Branco, Parque Natural do Tejo Internacional; São Pedro de Arcos, Ponte de Lima/Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos; Valongo, Paisagem Protegida Regional das Serras do Porto);
- Centro de interpretação ambiental e da paisagem (Vila Franca de Xira, Reserva Natural do Estuário do Tejo);
- Centro de interpretação turístico e ambiental (Miranda do Douro, Parque Natural do Douro Internacional);
- Centros de informação e interpretação (Castro Marim, Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António; Vila Real e Mondim de Basto, Parque Natural do Alvão);
- Centros de educação ambiental (Marim/Olhão, Parque Natural da Ria Formosa); Sabugal, Reserva Natural da Serra da Malcata; Caldas do Gerês/Terras de Bouro, Parque Nacional da Peneda-Gerês);
- Centro de educação e interpretação ambiental (Vascões/Paredes de Coura, Paisagem Protegida do Corno do Bico);
- Centro do visitante (Alpedrinha/Fundão, Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha);
- Núcleo de interpretação (Cresmina/Cascais, Parque Natural de Sintra-Cascais);
- Espaço interpretativo (Lagoa Pequena/Sesimbra, Parque Natural da Arrábida);
- Espaço de visitação e observação de aves

¹ Para Sardo e Estevão (2009, p. 129) “Um dos objectivos principais deste centro [Centro de Interpretação da Serra da Estrela] é a Interpretação da Natureza, que consiste num conjunto de actividades organizadas com o intuito de auxiliar os visitantes e a população das áreas protegidas a compreender o espaço natural em que se encontram, oferecendo-lhes, simultaneamente, uma justificação para a sua conservação”. No plano institucional, o CISE assume que é “(...) uma estrutura do Município de Seia orientada para o desenvolvimento de actividades de educação ambiental e de valorização do património ambiental da serra da Estrela. Apresenta um conjunto de estruturas e equipamentos multivalente de características únicas na região, promovendo regularmente exposições, seminários, cursos de formação e visitas de interpretação ambiental, entre outras actividades” (conforme informação disponível em <http://www.cise.pt/pt>).



Figura 1
Painel informativo do Centro de Interpretação do Parque Natural de Montesinho (Casa da Vila/Vinhais, 04/2019).
Fonte: Autores.

(Vila Franca de Xira, Reserva Natural do Estuário do Tejo).

- Polo de animação ambiental (Alcochete, Reserva Natural do Estuário do Tejo).
- Centro nacional de educação ambiental e conservação da natureza (Santo André, Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha);
- Centro ecológico educativo (Tornada/Caldas da Rainha, Reserva Natural Local do Paul de Tornada);
- Centro de monitorização e interpretação ambiental (Vila do Conde, Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica do Mindelo).

Deste universo superior a três dezenas e meia de exemplos, destacam-se os centros de interpretação e os centros interpretativos, com cerca de 46 % do total de denominações, ocupando as categorias de centros de interpretação ambiental, centros de educação ambiental e centros de informação e interpretação uma posição intermédia, a que corresponde 24 % desse total, e por último mencionam-se onze categorias com apenas um exemplo de equipa-

mento de interpretação, ou seja, 30 % do conjunto da oferta.

Apesar da diversidade inerente às denominações, estes centros pretendem acolher visitantes; disponibilizar informação e conhecimento sobre as características das áreas protegidas através de várias estratégias e estruturas de comunicação, como, por exemplo, exposições permanentes ou temporárias, o que pode incluir meios digitais e ferramentas interativas (realidade virtual e realidade aumentada, linhas cronológicas, “viagens ao passado”, entre outros); proporcionar um conjunto alargado de atividades, em particular as de educação ambiental; constituir o ponto de partida para a descoberta e fruição dos referidos contextos geográficos, em particular através de estruturas de animação permanente como percursos pedestres e/ou cicláveis, rotas/roteiros temáticos e pontos de observação de fauna, em particular de aves, entre outras finalidades.

É a relevância dos centros interpretativos no contexto de territórios classificados/protegidos e, portanto, com recursos naturais, culturais e/ou paisagísticos de reconhecido valor e interesse público, que justifica a ligação à Serra da Lousã - unidade de paisagem da Rede Natura 2000 e em processo de classificação para integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas -, através de uma proposta com o



Figura 2
Centro de Interpretação Ambiental da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto (Quinta da Serra/Cadaval, 08/2019).
Fonte: Autores.

objetivo de proporcionar aos visitantes renovadas condições para a interpretação do território e a vivência de experiências turísticas singulares.

2. Da ideia original para um centro de interpretação da Serra da Lousã ao projeto *Lousã: Feel & Live Nature Tourism in Mountain*

O município da Lousã e, em certa medida, a unidade de relevo homónima, constitui uma referência nacional e internacional para atividades com baixas emissões de carbono que interligam os domínios do lazer, turismo e desporto, como, por exemplo, pedestrianismo, BTT (em especial a vertente de *downhill*), *trail running* ou observação de fauna em estado selvagem. Da génese ou introdução das primeiras atividades, ao lançamento das bases (institucional, operacional e logística) que permitiram o crescimento e a diversificação para a larga maioria dessas atividades de lazer ativo e turismo de natureza, passando pela organização de eventos internacionais (Figura 3), a evolução foi de tal forma significativa que resultou na consolidação de uma oferta em que a natureza é um convite permanente à descoberta e fruição da montanha.

O reconhecimento do elevado valor natural da

Serra da Lousã ocorreu em meados de 2000 com a sua inclusão na Lista de Sítios da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho).

No presente está em curso o processo de classificação no âmbito do quadro normativo nacional das áreas protegidas, tendo em conta o excepcional valor natural, cultural e paisagístico desta importante unidade morfoestrutural (a mais ocidental) da Cordilheira Central Ibérica. Por decisão das Câmaras Municipais (no contexto de reunião que decorreu na



Figura 3
Suporte publicitário da Taça do Mundo de *Downhill* 2020 (Lousã, 05/2020).
Fonte: Autores.



Figura 4
Cerdeira (Lousã, 02/2019).
Fonte: Autores.

sede da Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça, a 11 de junho de 2019), a proposta de delimitação da paisagem protegida (suportada em estudo elaborado pela Universidade de Coimbra) foi ajustada para integrar todos os municípios da Serra da Lousã, os quais, por escritura de 03 de novembro de 2015, constituíram uma associação de direito privado sem fins lucrativos sob a designação “Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã”. No trimestre seguinte, o processo avançou para a fase de elaboração e discussão de uma proposta de regulamento, mas sem que se conheçam evidências de progresso até ao momento.

Nesta geografia singular, a Lousã, com quase 3 800 ha de Rede Natura 2000 e cerca de 3 000 ha na referida proposta para paisagem protegida, corresponde ao município com a maior e/ou a mais relevante área no conjunto desses dois estatutos de proteção/classificação, no primeiro caso, atendendo aos habitats e espécies prioritários, e no segundo exemplo, em função de paisagens resultantes de uma relação harmoniosa entre o ser humano e o suporte físico, onde sobressaem as aldeias serranas (Figura 4).

O turismo de natureza, com ligações incontornáveis aos ambientes rurais e montanhosos, considerando a amplitude de atividades *soft* e *hard*, é um dos universos de maior visibilidade da Serra da Lousã (e das Aldeias do Xisto). A unidade de paisagem homónima agrega cerca de 45 % do total de lugares inseridos nesta importante rede (de microterritórios, percursos pedestres, trilhos e centros de BTT, praias fluviais), sendo a Lousã o município com o maior número de aldeias e eventos realizados no âmbito deste reconhecido produto turístico (Carvalho & Alves, 2017). De igual modo é o município da Serra da Lousã com o registo mais elevado no que concerne aos estabelecimentos e capacidade de alojamento (20.5 % e 28.6 %, respetivamente) - Quadro 1; hóspedes e dormidas (19839 e 30531, isto é, o equivalente a 37.5 % e 34.8 % dessa distribuição geográfica); e agentes de animação turística (16 de um total de 27 registos do Sistema de Informação Geográfica do Turismo de Portugal, ou seja, 59.3 %). Quanto ao posicionamento da Lousã em relação a indicadores como a estada média, o valor disponível em 31 de julho de 2018, com base na edição de 2019 do Anuário

Quadro 1

Estabelecimentos e capacidade de alojamento nos municípios da Serra da Lousã, em 31 de julho de 2018.

Distribuição Geográfica	Estabelecimentos				Capacidade de Alojamento			
	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH
Portugal	6868	1865	3534	1469	423152	321010	78155	23987
Continente	4963	1627	2027	1309	366426	279674	65042	21710
Centro	1175	377	457	341	60646	41936	13161	5549
Região de Coimbra	221	69	99	53	11708	8227	2688	793
Região de Leiria	92	38	34	20	4816	3610	1029	177
Serra da Lousã	39	7	9	23	816	sd	sd	sd
Castanheira de Pêra	4	1	0	3	77	sd	0	sd
Figueiró dos Vinhos	8	1	1	6	74	sd	sd	sd
Góis	5	0	2	3	87	0	sd	sd
Lousã	8	2	2	4	233	sd	sd	77
Miranda do Douro	6	2	1	3	184	sd	sd	34
Pedrógão Grande	3	0	1	2	21	0	sd	sd
Penela	5	1	2	2	140	sd	sd	sd

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2019, p. 410)

Estatístico da Região Centro, é de 1.5 noites, o que é inferior aos valores da Região Centro e Região de Coimbra (ambas com 1.7 noites), bem como de Portugal (2.7 noites); por sua vez a proporção de dormidas entre julho e setembro é de 35.9 % (o segundo registo mais baixo da Serra da Lousã, onde o intervalo de variação oscila entre 35.5 %, em Miranda do Corvo, e 75.4 %, em Castanheira de Pera), ou seja, reflete uma menor dependência quando comparado com os valores das escalas subregional (38.4 %), regional (37.7 %) e nacional (36.7 %).

O conhecimento desta realidade geográfica esteve na génese do trabalho original elaborado pelos autores deste artigo, no segundo trimestre de 2019, para uma candidatura da Câmara Municipal da Lousã ao Programa Valorizar (Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior), com o desígnio de contribuir para a interpretação, descoberta e fruição do património natural (biótico e abiótico) e paisagístico, por via de ferramentas de informação físicas e digitais multi-idioma, quer *in situ* (com sinalética específica, leitores de paisagem, rede de *biocaching*) associadas a percursos pedestres e cicláveis, bem como em contexto virtual/digital (a disponibilizar no *site* do Município da Lousã, com a particularidade de incluir a edição de um guia de campo). Assume, ainda, a importância de desenvolver estratégias que permitam sensibilizar os gestores e técnicos de turismo, os operadores turísticos e os turistas para problemáticas como a floresta autóctone, as plantas invasoras,

a ecosustentabilidade da paisagem rural, os serviços ambientais dos ecossistemas ou as alterações climáticas através de ações específicas, o que constituirá, adicionalmente, uma oportunidade para aprofundar a integração do território em produtos de escala supramunicipal, com efeitos positivos para o posicionamento estratégico internacional da região e do país como destino competitivo para a prática dessas atividades.

Contudo, partimos de uma proposta, de maior ambição, para criar o “Centro de Interpretação da Serra da Lousã”. Verificando, apesar do interesse do município da Lousã, não ter sido possível encontrar, em tempo útil, o espaço adequado e as condições mínimas para a sua integração na referida candidatura, o fio condutor do projeto foi norteado pelo propósito de “sentir e viver o turismo de natureza em ambiente de montanha”, através de atividades centradas na descoberta, interpretação e interação do/com o património natural e paisagístico da Serra da Lousã, no âmbito do turismo de natureza, a desenvolver no território, com base na oferta (e ampliação cirúrgica) de equipamentos e infraestruturas de *Walking & Cycling* integrados em redes supramunicipais de expressão nacional e internacional.

Importa, assim, explicitar e justificar este projeto, tendo em vista o seu contributo para a interpretação e para a experiência turística na Serra da Lousã.

3. Lousã: Feel & Live Nature Tourism in Mountain

3.1. Metodologia e configuração

A preparação desta proposta teve subjacente as tarefas de levantamento/georreferenciação para sinalização (com suportes informativos físicos e digitais) de elementos notáveis do património natural (como árvores e arbustos, tectónica e litologia, geomorfologia, hidrologia), paisagístico (como os miradouros que permitem observar e interpretar trechos de paisagem singular em contexto de proximidade ou alcançando horizontes longínquos) e cultural (como as edificações nobres ou vernaculares), com a particularidade de incluir pesquisa para integração (nos conteúdos dos leitores de paisagem, no *website* do Município e no guia de campo) de extratos de texto e imagens de valor científico e/ou histórico, utilizando a análise diacrónica para explicitar a evolução da paisagem em pontos-chave, como, por exemplo, um lugar, uma linha de relevo ou um amplo panorama.

Nesse conjunto de referências, contam-se publicações impressas (livros, revistas, dissertações e teses, relatórios, entre outras), documentos de arquivo (nacional, regional e local) e fontes relacionadas com a cartografia antiga, o bilhete-postal ilustrado, a fotografia, sobretudo através de autores como Álvaro Viana de Lemos, Francisco Ferreira, Delfim Ferreira e casas de fotografia como a Foto Alvão (Porto), a Foto Beleza (Porto) ou a Foto Império (Lousã), e a pintura, particularmente a segunda geração de naturalistas, em que sobressai a figura tutelar de Carlos Reis (que escolheu a Lousã para instalar o seu atelier, onde criou algumas das obras mais notáveis da pintura portuguesa do primeiro terço de Novecentos). Na mesma linha, salienta-se a imprensa (local, regional e nacional) e a literatura através de autores que viveram, visitaram ou transportaram para as suas obras realistas ou ficcionadas diversos lugares, paisagens e personagens da Serra da Lousã, como João Luso, Miguel Torga, Mário Braga, José Saramago, entre outros.

Ao mesmo tempo, justifica-se editar e disponibilizar esse conjunto de referências e conteúdos quer na página (internet) oficial do Município, e respetiva interação com as plataformas/redes digitais da Autarquia, quer através de um guia de campo/bolso,

tendo em vista explicitar, em linguagem acessível mas rigorosa, a informação considerada fundamental para o conhecimento, a interpretação e a fruição/vivência dos referidos patrimónios, com uma forte componente de imagem, com destaque para a fotografia, o bilhete-postal ilustrado e a cartografia temática coeva (conforme supramencionado).

Quanto às redes de *Walking & Cycling*, a oferta atual da Lousã (integrada no produto Aldeias do Xisto) inclui sete percursos pedestres na montanha (cinco circulares e dois lineares, repartidos por cerca de cinquenta quilómetros - a que acresce um troço local da Grande Rota das Aldeias do Xisto) e dez percursos de BTT (distribuídos pelas vertentes de *Downhill*, *Enduro* e *Cross Country*, com dezenas de quilómetros).

No que concerne aos percursos pedestres, a seleção para este projeto incide em dois “Caminhos do Xisto” (ou seja, percursos integrados na oferta supramunicipal do produto Aldeias do Xisto), a saber: PR4 LSA “Rota das Quatro Aldeias” e PR7 LSA “À Descoberta da Floresta”, pela qualidade e diversidade da paisagem e sua relevância para o turismo de natureza.

A “Rota das Quatro Aldeias” (Figura 5) é um percurso linear, ao longo de dez quilómetros (com duração média de cinco horas, nível de dificuldade 3 e desnível acumulado de 490 metros), desenvolvendo-se entre os 230 e 680 metros de altitude, com a particularidade de incluir duas aldeias serranas (Catarredor e Vaqueirinho) e duas Aldeias do Xisto: Candal (Figura 6), no início do percurso, e Talasnal, ao quilómetro 7.4, onde interceta quatro percursos, dos quais o PR3 “Rota da Levada” permite voltar ao ponto de partida, após o atravessamento da levada da quase centenária Central Hidroelétrica da Ermida, com uma mancha notável de castanheiros seculares, adernos, azevinhos, azereiros e outras espécies reliquiais. Este trilho retoma velhos caminhos da montanha e cruza as aldeias através dos seus antigos campos de cultivo e bosques de folhosas autóctones, onde o xisto e as linhas de água são elementos incontornáveis, os quais anunciam a descida para o conjunto formado pelo Santuário de Nossa Senhora da Piedade (com génese no século XVII), Praia Fluvial homónima (inaugurada em 8 de maio de 1966) - com Bandeira “Praia Acessível” e Bandeira Azul - e Castelo de Arouce/Lousã (monumento nacional desde 23 de junho de 1910), recentemente reaberto ao público após requalificação no âmbito da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego.

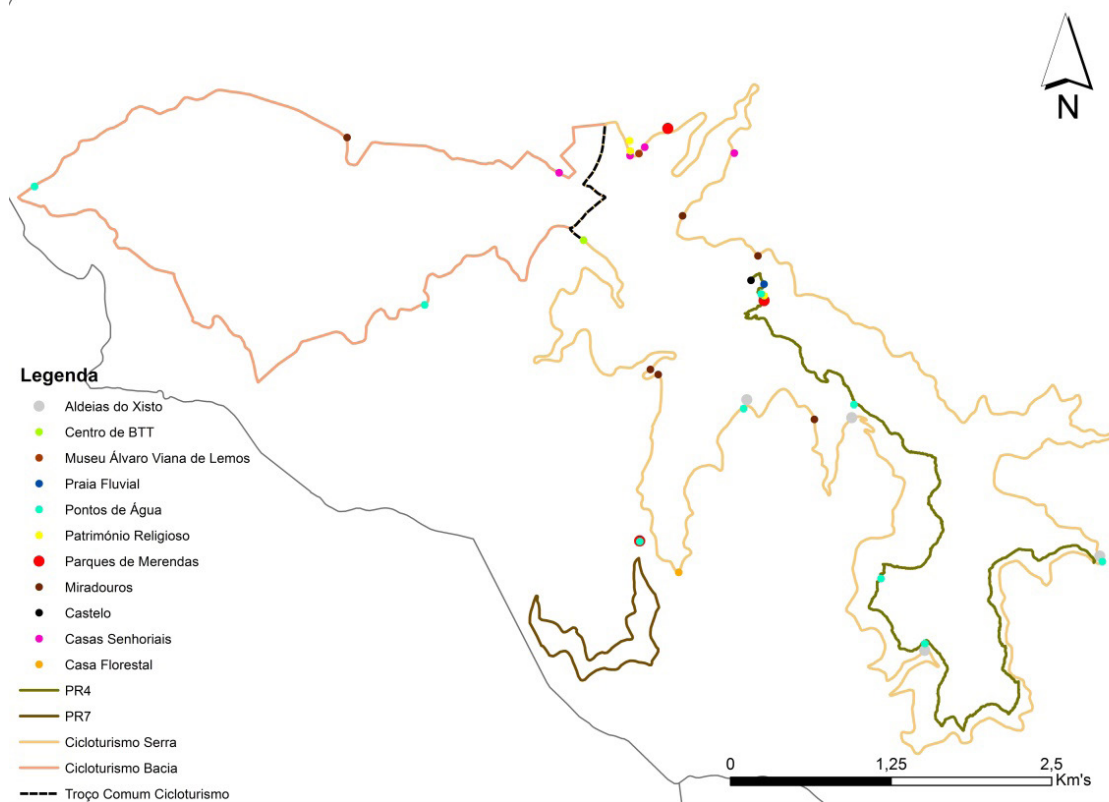


Figura 5
Mapa simplificado do Projeto Lousã: *Feel & Live Nature Tourism in Mountain*.
Fonte: Autores.

“À Descoberta da Floresta” (Figura 5) é um percurso circular de quatro quilómetros (com duração média de 2.30 horas, nível de dificuldade 2 e desnível acumulado de 150 metros) no coração de uma das mais relevantes manchas de vegetação da Serra da Lousã, em resultado do trabalho levado a efeito a partir dos anos 30 do século XX pelos Serviços Florestais, por entre exemplares magníficos de resinosas (cedro-do-Atlas, pinheiro-silvestre, pinheiro-larício, cipreste-de-Lawson, cipreste-do-Buçaco, pseudotsuga, entre outras) e folhosas (como, por exemplo, castanheiro, carvalho-roble, carvalho-americano, carvalho-cerquinho, carvalho-negral, faia, bétula, medronheiro) - Figura 7. Estas últimas, igualmente com expressão em outros recantos da montanha, permitiram a criação de condições para a reintrodução de cervídeos na Serra da Lousã, assim como a melhoria de habitat para inúmeras espécies de fauna com estatuto de proteção (com destaque para a salamandra-lusitânica). Completa o cenário deste ambiente único, a antiga casa do guarda-florestal e anexos, leiras de cultivo, tanques de água e área de

lazer/parque de merendas (onde o percurso tem início e término).

Em relação ao *Cycling*, a oferta atual inclui uma dezena de percursos de BTT, um Centro de BTT e uma “Subida Épica” (Lousã-Trevim), o que é significativo no conjunto das Aldeias do Xisto. As condições excecionais, em particular o traçado e a envolvente paisagística, de algumas estradas, que conduzem à montanha ou articulam a montanha e o alvéolo tectónico da Lousã, para viagens com o propósito de descobrir, interpretar, fruir e viver experiências de grande valor simbólico e espiritual em contexto de natureza, sugere que possam ser valorizadas e integradas através da vertente de cicloturismo (para bicicleta de estrada e para bicicleta de todo-o-terreno), o que adiciona ao “LouzanPark/Centro de BTT Aldeias do Xisto” (Figura 8) e ao produto Aldeias do Xisto uma componente inovadora com grande potencial de afirmação a curto prazo. Apreciar o valor estético destas paisagens repletas de folhosas autóctones - com paleta cromática variável de acordo com a sucessão das estações do ano - e de tantos



Figura 6
Aldeia do Xisto de Candal (Lousã, 08/2019).
Fonte: Autores.

outros elementos naturais (bióticos e abióticos), paisagísticos e culturais, utilizando a bicicleta é uma experiência turística diferenciada e uma oportunidade para o desenvolvimento de novos serviços turísticos.

É assim que se justifica o interesse em projetos de valorização ou incremento da oferta de percursos cicláveis, que podem ser integrados em redes supramunicipais, como é o caso da presente proposta.

Com início e fim no “LouzanPark/Centro de BTT Aldeias do Xisto”, o traçado de cicloturismo (Figura 5) aproveita as estradas de ascensão à Serra da Lousã, com a integração de elementos singulares do património natural - formas de relevo, geomorfologia fluvial, vegetação autóctone e naturalizada notável ou monumental -, mas também as marcas mais expressivas da obra de arte paisagística do ser humano, destacando-se as Aldeias do Xisto (casario, caminhos, campos e manchas de floresta), as estradas panorâmicas, com fontenários, áreas de lazer e miradouros com amplos horizontes que se perdem nos confins das serras de Sicó, Buçaco, Caramulo ou Estrela, e ainda alguns exemplares quer de palácios/

solares (Centro Histórico da Lousã e Alfocheira) quer de antigas casas da guarda (e da administração) florestal e de cantoneiros.

Apesar de coincidir com pequenos troços de percursos de BTT (XC10, XC11 e XC12), e englobar parte da referida “Subida Épica”, o traçado de cicloturismo configura uma proposta inovadora para descobrir e fruir a Serra da Lousã, principalmente através da vertente (bicicleta de estrada) “(...) que mais tem crescido em Portugal nos últimos anos (...)”, conforme reconheceu a Federação Portuguesa de Ciclismo, em 2016, na publicação “Guia Orientador: Ciclismo e Animação da Atividade Turística” (p. 9).

De modo a complementar ou ampliar as atividades de *Walking & Cycling* e o interesse dos turistas em relação ao território e aos seus patrimónios singulares - a que acresce o potencial da atividade (em resultado dos registos dos *geocachers*) no plano da monitorização e do *marketing* territorial - preconiza-se a implementação de uma rede temática de *geocaching*, designada de *biocaching*, com a instalação de três dezenas de *biocaches* em locais selecionados do universo de pontos notáveis do património



Figura 7
Castanheiros no antigo Cantão Florestal das Hortas (Lousã, 11/2018).
Fonte: Autores.

natural, em função do valor biogeográfico, geomorfológico ou paisagístico, o que inclui, por exemplo, o arvoredo monumental (entre espécies indígenas e naturalizadas) ou os locais que permitam uma análise evolutiva/comparativa da paisagem (quer em trechos circunscritos, quer em amplos panoramas).

Por outro lado, considera-se imprescindível a realização de atividades de educação/sensibilização ambiental orientadas para o sistema turístico (planeadores, gestores, operadores e turistas), com o intento de explicitar as características do território e a sua relevância patrimonial no quadro do turismo pós-moderno; contribuir para a valorização desses bens mediante atividades compatíveis com a sua proteção como é o caso de diversas práticas de turismo na natureza; melhorar ou acrescentar valor à experiência turística; minimizar as externalidades negativas do turismo na natureza no suporte físico; educar e sensibilizar para a importância da conservação da natureza e biodiversidade, nomeadamente na adaptação às alterações climáticas, mitigação do risco de incêndio florestal e de combate às plantas invasoras.

Assim, no período do ano de menor procura

turística preconiza-se a realização de duas ações em contexto formal para os planeadores, gestores e operadores turísticos. Na época do ano de maior procura turística, recomenda-se a execução de três ações no terreno, utilizando a seleção dos percursos pedestres e ciclável referidos, para os turistas nacionais e estrangeiros, fomentando a participação da população residente e o contacto/troca de experiências entre ambos.

3.2. Diferenciação e efeitos esperados

A inovação deste projeto consiste na utilização de suportes informativos físicos e digitais multi-idioma, incluindo o desenvolvimento de conteúdos, sinalética, guia de campo e *website*, para estimular o conhecimento/compreensão do património natural e paisagístico e a vivência de novas experiências turísticas na Serra da Lousã - Rede Natura 2000, futura Paisagem Protegida e Aldeias do Xisto - através de atividades de baixas emissões de carbono como o pedestrianismo e o cicloturismo que concorram também para a fruição sustentável desse património



Figura 8
“LouzanPark/Centro de BTT Aldeias do Xisto” (Lousã, 03/2018).
Fonte: Autores.

e o reforço da atratividade da região e do país no mercado nacional e internacional do turismo de natureza.

Os percursos pedestres e cicláveis são a matriz geográfica desta proposta tal como o fio condutor de uma narrativa centrada no valor da informação e comunicação para a interpretação da paisagem natural, mediada por sinalética adicionada aos elementos patrimoniais (bióticos e abióticos) diferenciadores (vegetação notável, plantas invasoras, formas de relevo, geomorfologia fluvial) da sua linguagem de estruturação, com o desígnio de apresentar *in loco* (através de sinalética e leitores de paisagem) e *online* (na página *web* do Município) diversos conteúdos relevantes, com a particularidade de incluir a análise diacrónica paisagem - resgatando fontes históricas (ciência, literatura, jornalismo, fotografia, pintura) -, de modo a estimular a descoberta e fruição turística do território.

A monitorização do número de turistas, com a instalação de contadores automáticos nos “Caminhos do Xisto” e os registos da rede de *biocaching* através da plataforma mundial *geocaching.com*; a associação de um sistema de leitura de QR code aos elementos interpretativos e/ou de comunicação do projeto, para acesso a múltiplas informações adicionais, bilingue

(português e inglês), que ficarão disponíveis na página de internet do Município através de um aplicativo SIG intuitivo; consubstanciam outras dimensões inovadoras consideradas muito importantes para melhorar a interpretação e a experiência turística, para além de desenvolver novas atitudes e vínculos dos turistas face aos valores naturais.

A sustentabilidade do projeto está ancorada ao propósito de conciliar preocupações ambientais, sociais e económicas no planeamento e exercício da atividade turística, pois pretende salvaguardar e valorizar recursos naturais (qualificar o território), atrair e sensibilizar os turistas de natureza para a relevância do património natural e paisagístico da montanha, e criar novas oportunidades de negócio (dinamizar a economia e a sociedade local).

Por outro lado, uma vez que os eixos do projeto estão centrados em suportes de informação físicos e digitais, e em ações para induzir um adequado conhecimento, compreensão e fruição da/natureza, através de infraestruturas ou equipamentos de escala supramunicipal centrados no pedestrianismo e cicloturismo, ou seja, atividades de baixas emissões de carbono em expansão na atualidade e com excelentes perspectivas de desenvolvimento nos próximos anos - com a particularidade de incluir um percurso

pedestre acessível a pessoas com mobilidade reduzida e invisuais junto ao Castelo da Lousã, e informação para invisuais na Praia Fluvial da Senhora da Piedade -, é expectável a geração de externalidades positivas, em particular o crescimento do interesse dos turistas pelo conhecimento da paisagem e pela vivência de novas experiências turísticas, bem como o consequente desenvolvimento de serviços turísticos de natureza, na amplitude definida no espectro do alojamento (rural e urbano), onde o conceito de “bike hotel” vai assumir uma maior expressão nas configurações dos empreendimentos turísticos, designadamente no turismo rural e na hotelaria; animação turística cada vez mais especializada, em função da exigência de acompanhamento/mediação para segmentos de procura como a observação/interpretação de flora e fauna; as caminhadas temáticas; os percursos cicláveis; a organização e gestão de eventos, em função de recursos e públicos diferenciados fundamentais para a génese de novos eventos como geocaminhadas, festivais de caminhadas ou de atividades cicláveis, onde a integração de novos territórios e experiências na oferta turística é igualmente uma oportunidade para promover a venda e o consumo de produtos locais, em particular as fileiras de reconhecido valor e qualidade.

A arquitetura deste projeto não tem semelhança no universo de turismo de/natureza das Aldeias do Xisto e da Região Centro de Portugal, onde vai contribuir para a salvaguarda, a promoção e a valorização do património natural e paisagístico excecional, através da oferta de atividades e experiências turísticas que concorrem para a fruição sustentável desse património e para o posicionamento internacional de Portugal como destino competitivo para a prática dessas atividades.

Em relação às parcerias e às redes de oferta, perspectiva-se a ocorrência de efeitos positivos ao nível supramunicipal/regional, nacional e internacional na medida em que, por um lado, o território está integrado em diversas redes e parcerias consolidadas de especial relevância para o turismo de natureza, como é a Rede de Aldeias do Xisto (e produtos associados de igual escala geográfica: Caminhos do Xisto, Trilhos e Centros de BTT, Praias Fluviais), a Rede de Áreas Classificadas da Região Centro (na génese dos consórcios ByNature e INature, em 2007-2013 e 2014-2020, respetivamente) e a Rede Natura 2000 - sendo ainda de considerar a Rede de Castelos e Muralhas do Mondego e o processo de

classificação da Serra da Lousã como Paisagem Protegida de âmbito regional - e, por outro, acrescenta elementos inovadores e diferenciadores às redes de oferta de turismo de natureza (como os suportes informativos físicos e digitais multi-idioma, as ferramentas de monitorização do processo, pós-implantação do projeto, o calendário de atividades de educação/sensibilização ambiental, a vertente de cicloturismo, o percurso acessível junto ao Castelo da Lousã e a sinalização do património que vai permitir uma nova experiência turística aos invisuais na Praia Fluvial da Senhora da Piedade), os quais são decisivos para dinamizar e valorizar essas redes.

Ao mesmo tempo, importa referir dois elementos adicionais: a promoção de sinergias entre atores/ produtos, o que é evidente não só nas Aldeias do Xisto mas também no contexto de agentes institucionais com importância e visibilidade crescente no desenho de propostas orientadas para novas experiências turísticas como é o exemplo da Dueceira (associação de desenvolvimento local que idealizou e implementou, em 2018, a candidatura supramunicipal “Mesa das Terras da Chanfana”, uma das vencedoras do concurso “Sete Maravilhas à Mesa”; a participação de especialistas, de instituições académicas conceituadas, como exemplo da cooperação para a transferência e aplicação de conhecimento nestes domínios.

No que diz respeito ao alinhamento estratégico do projeto face aos objetivos a atingir pela Estratégia de Turismo 2027 é evidente que o mesmo está centrado de forma direta na natureza (um dos dez ativos estratégicos do turismo nacional) e na valorização do território (um dos seus cinco eixos estratégicos), nomeadamente no âmbito da linha de ação 1.2 Potenciar economicamente o património rural e natural, e das tipologias de projetos considerados prioritários: “desenvolver o turismo de natureza e em espaço rural” e “infraestruturas e serviços de apoio, sinalética e elementos de interpretação”. De igual modo, contribui para dinamizar a economia, reforçar redes e conectividade e projetar Portugal, bem como para alcançar metas de sustentabilidade económica (aumentar a procura do território e as receitas turísticas), metas de sustentabilidade social (alargar a atividade turística a todo o ano/combater a sazonalidade e assegurar que o turismo gera efeitos positivos nos residentes), e metas de sustentabilidade ambiental (em particular a salvaguarda e valorização dos recursos naturais).

Quanto ao Programa Nacional para a Coesão Territorial, o projeto incide em área territorial beneficiária de medidas para o desenvolvimento do interior, sendo coerente designadamente com a qualificação do território (valorização do capital natural e da paisagem rural), a valorização do interior e as atividades de animação turística no interior.

Ao mesmo tempo, considerando as Estratégias Regionais, importa mencionar que este projeto, ao pretender desenvolver o turismo de natureza em áreas com estatutos de proteção/classificação e integradas em redes supramunicipais, através de suportes informativos (físicos e virtuais), atividades de *biocaching* e ações de sensibilização/educação ambiental para uma adequada interpretação e fruição dos recursos diferenciadores do território, diferenciando-o no plano da oferta regional, está alinhado com a visão e o quadro operativo de entidades relevantes como, por exemplo, o Turismo Centro de Portugal, as Aldeias do Xisto ou o INature - Turismo Sustentável em Áreas Classificadas.

4. Notas finais

A interpretação, como demonstrado a nível internacional e nacional, é reconhecida como “(...) uma ferramenta eficaz de aprendizagem, comunicação e gestão que aumenta a consciência e a empatia dos visitantes em relação ao património” (Rahaman, 2018, p. 209), o que releva a sua importância para a prossecução de objetivos quer de proteger e valorizar locais de relevância patrimonial quer de promover formas ou manifestações de turismo alicerçadas em conhecimento e em comportamentos compatíveis com os territórios, ou seja, “(...) é condição *sine qua non* para o sucesso de estratégias de conservação e valorização de ativos culturais e naturais, e, nesse sentido, também para atividades conectadas como a promoção do turismo e os serviços para o público” (Continenza et al., 2017, p. 43).

Como instrumento ao dispor dos visitantes para interagir com o território e as comunidades locais, e induzir novas relações entre ambos, a interpretação, correspondendo a uma panóplia de recursos para transmissão de conhecimentos e valores, que inclui o material, o intangível, e o virtual, configura um fator-chave para a diferenciação quer da experiência turística quer dos produtos turísticos.

A ascensão do turismo pós-moderno abriu

perspetivas animadoras para a melhoria da experiência turística, na medida em que contribuiu para recentrar o foco da atividade na diversificação e na personalização da oferta, ao mesmo tempo que os turistas, através de uma nova relação com o tempo e o território, pretendem viver experiências singulares e irrepetíveis, através de uma participação esclarecida, exigente e ativa, o que faz da interação com o destino uma oportunidade para que a interpretação possa ocupar um lugar cada vez mais destacado e “(...) proporcionar as visitantes uma experiência positiva e valiosa” (Liu & Lin, 2021, p. 316).

No caso das áreas protegidas, através do exemplo de Portugal, demonstrou-se, não obstante a diversidade de denominações, que os centros de interpretação são um instrumento fundamental para o conhecimento, para a descoberta, para a imersão e para a vivência de experiências turísticas no território, através de diversas estruturas de acolhimento, diferentes estratégias de comunicação, variados meios de interação, e múltiplas atividades, designadamente as pedestres e/ou as cicláveis.

Foi esse o pretexto para trazer à narrativa a Serra da Lousã, através de uma proposta para proporcionar aos visitantes renovadas condições para a interpretação do património e a vivência de experiências turísticas singulares em territórios cujo valor patrimonial natural já foi reconhecido através da inclusão do Sítio Serra da Lousã na Rede Natura 2000, estando em curso o processo de classificação como paisagem protegida e a possibilidade de integração na Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Partindo de uma ideia original de maior abrangência - com o propósito de criar o Centro de Interpretação da Serra da Lousã - o projeto “Lousã: Sentir e Viver o Turismo de Natureza na Montanha” consiste em estruturar informação física e digital multi-idioma, incluindo o desenvolvimento de conteúdos, *website*, sinalética e ferramentas de apoio à experiência turística de base tecnológica, realizar atividades de educação/sensibilização ambiental, e estruturar uma rede de *biocaching*, a partir de uma seleção de infraestruturas e equipamentos (Caminhos do Xisto, Praias Fluviais, Trilhos e Centros de BTT) integrados em redes de percursos (pedestres e cicláveis) supramunicipais de expressão nacional e internacional (como é o caso das Aldeias do Xisto), aos quais é acrescentado valor através de sugestões inovadoras que estão em sintonia com os objetivos e as ações prioritárias enunciados nos principais

documentos estratégicos para o turismo, a valorização do interior, a coesão territorial, a biodiversidade, a gestão de áreas classificadas e a educação ambiental em Portugal.

Em síntese, esta proposta pode constituir um contributo relevante para permitir aos turistas a compreensão/interpretação do património, sensibilizando-os para a importância dos recursos naturais, culturais e paisagísticos, e a vivência de novas experiências de turismo de natureza em ambiente de montanha.

Bibliografia

- Aho, S. (2001). Towards a general theory of touristic experiences: modeling experience process in tourism. *Tourism Review*, 56(3/4), 33-37. <https://doi.org/10.1108/eb058368>
- AIP (2020). *Qué es la interpretación del patrimonio?* Asociación para la Interpretación del Patrimonio. Disponível em <https://www.interpretaciondelpatrimonio.com/es/ique-es-la-interpretacion-del-patrimonio>
- Arcila Garrido, M., & López Sánchez, J. (2015). Los centros de interpretación como motor de desarrollo turístico local, un modelo fracasado? El caso de la Provincia de Cádiz. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 67, 143-165. Disponível em <https://bage.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/view/1821/1737>
- Almeida, I. (2019). *Turismo Criativo em Espaço Rural. Proposta para o território de Sicó* (Trabalho inédito, elaborado no âmbito do Doutoramento em Turismo, Património e Território). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Almeida, N. (2014). *Centro de interpretação da pintura quinhentista* (Dissertação de Mestrado em Gestão e Estudos da Cultura - Especialidade Património e Projetos Culturais). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. Disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9426/1/CentroInterpreta%C3%A7%C3%A3oPinturaQuinhentista_NunoAlmeida.pdf
- Barrocas, C. (2015). *Centro de Interpretação do Festival de Vilar de Mouros* (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo). Escola Superior Gallaecia. Disponível em <https://comun.rcaap.pt/handle/10400.26/10238>
- Bramwell, B., & Lane, B. (1993). Sustainable tourism: An evolving global approach. *Journal of Sustainable Tourism*, 1(1), 1-5.
- Cutler, S., & Carmichael, B. (2010). The dimensions of the tourist experience, In M. Morgan, P. Lugosi, & J. Ritchie (Eds.), *The tourism and leisure experience: consumer and managerial perspectives* (pp. 3-26). Bristol: Channel View Publications.
- Carvalho, M. (2013). *Cultura e Turismo Criativo na Experiência Integral do Turismo Rural* (Relatório de Projeto do Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo). Universidade de Aveiro, Aveiro. Disponível em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/11446/1/dissertacao.pdf>
- Carvalho, P. (2009). *Património Construído e Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O Exemplo da Serra da Lousã*. Lousã: Edição da Câmara Municipal da Lousã.
- Cave, J., & L. Jolliffe (2012). Visitor Interpretation. In P. Robinson (Ed.), *Tourism: The Key Concepts* (pp. 273-275). London: Routledge.
- Continenza, R., Redi, F., & Trizio, I. (2017). Heritage interpretation: a tool for conservation, protection and management of environmental and cultural heritage. *SCIRES it (Scientific Research and Information Technology)*, 7(1), 39-44.
- Costa, V. (2019). *Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha* (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural). Instituto Politécnico de Tomar, Tomar. Disponível em <https://comun.rcaap.pt/handle/10400.26/31509>
- Damião, E. (2017). *Centro Interativo de Interpretação Templário* (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural). Instituto Politécnico de Tomar, Tomar. Disponível em <https://comun.rcaap.pt/handle/10400.26/21246>
- Ham, S., & Weiler, B. (2002) Interpretation as the centrepiece of sustainable wildlife tourism. In R. Harris, T. Griffin, & P. Williams (Eds.), *Sustainable Tourism: A Global Perspective* (pp. 35-44). Oxford: Elsevier Science.
- Instituto Nacional de Estatística (2019). *Anuário Estatístico da Região Centro 2018*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOEspub_boui=410496448&PUBLICACOESmodo=2
- International Union for Conservation of Nature (2014). *IUCN Nature and Heritage Interpretation Workshop - Report and Outcomes*, 23. Disponível em https://www.iucn.org/sites/dev/files/import/downloads/iucn_nature_heritage_interpretation_report_outcomes_june2014.pdf
- Liu, Y., & Lin, H. (2021). Construction of interpretation and presentation system of Cultural Heritage Site: an analysis of the Old City, Zuoying. *Heritage*, 4, 316-332. <https://doi.org/10.3390/heritage4010020>
- Marques, A. (2019). *Slow Tourism no desenvolvimento dos territórios de baixa densidade* (Dissertação de Mestrado em Turismo - Especialização em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura).

- Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/32728/1/2019.04.018_.pdf
- Marujo, N. (2016). Turismo, turistas e experiências: abordagens teóricas. *Turydes - Revista Turismo y Desarrollo*, 9(20). Disponível em <http://www.eumed.net/rev/turydes/20/turistas.html>
- Martín, M. (2001). Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedad. Reflexiones críticas sobre la Interpretación del Patrimonio. *Património/Estudos*, 1, 25-37.
- Morales Miranda, J. (1998). *Guía práctica para la interpretación del patrimonio. El arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante*. Sevilha: E.P.G. Junta de Andalucía.
- Moscardo, G. (1999). *Making Visitors Mindful: Principles for creating sustainable visitor experiences through effective communication*. Sagamore Publishing.
- Moscardo, G. (2003). Interpretation and sustainable tourism: function, examples and principles. *The Journal of Tourism Studies*, 14(1), 112-123.
- Moscardo, G., Woods, B., & Saltzer, R. (2004). The Role of Interpretation in Wildlife Tourism. In K. Higginbottom (Ed.), *Wildlife Tourism: Impacts, Management and Planning* (pp. 231-251). Common Ground Publishing.
- Noor, A., Nair, V., & Mura, P. (2016). Towards the conceptualization of a Slow Tourism theory for a rural destination. In S. Jamal, S. Radzi, N. Sumarjan, Ch. Chik, & M. Bakhtiar (Eds.), *Innovation and Best Practices in Hospitality and Tourism Research* (pp. 175-180). London: CRC Press.
- Rahaman, H. (2018). Digital heritage interpretation: a conceptual framework. *Digital Creativity*, 29(2-3), 208-234. <https://doi.org/10.1080/14626268.2018.1511602>
- Richards, G. (2018). *Panorama of Creative Tourism Around the World*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/329530470_Panorama_of_Creative_Tourism_Around_the_World_Panorama_do_turismo_criativo_no_mundo
- Sardo, A., & Estevão, J. (2009). A Gestão Turística de Museus e Centros de Interpretação: O Caso do Centro de Interpretação da Serra da Estrela. In *III Congresso Internacional de Turismo de Leiria e Oeste*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/275582981_A_Gestao_Turistica_de_Museus_e_Centros_de_Interpretacao_O_Caso_do_Centro_de_Interpretacao_da_Serra_da_Estrela
- Tilden, F. (1977). *Interpreting Our Heritage* (3rd ed.). Chapel Hill: North Carolina Press.
- Tugas, P., Tresserras, J., & Mellin, J. (Eds.). (2005). *Heritage Interpretation Centres*. Barcelona: The Hicira Handbook.
- Vale, T., Lima, E., Menezes, T., Machado, M., & Moreira, J. (2017). Os Centros de Ciência e de Interpretação Ambiental e da Divulgação Geocientífica no Geopark Açores (Portugal). In H. Pontes, N. Mochiutti, L. Massuqueto, & G. Guimarães (Orgs.), *Anais do IV Simpósio Brasileiro de Património Geológico/II Encontro Luso-Brasileiro de Património Geomorfológico e Geoconservação* (pp. 84-88).
- Valls, J., Mota, L., Vieira, S., & Santos, R. (2019). Opportunities for Slow Tourism in Madeira. *Sustainability*, 11(7), 4534. <http://doi.org/10.3390/su11174534>